

Caracterização das cooperações técnicas no escritório de projetos da presidência da fundação Oswaldo Cruz: a gestão de projetos da saúde em questão

Characterization of technical cooperations managed by the project office of the Oswaldo Cruz foundation presidency: the management of health projects in question

Marcela Alves de Abreu

Psicóloga, doutora em saúde coletiva, pesquisadora assistente do Laboratório de Avaliação de Situações Endêmicas Regionais, Departamento de Endemias Samuel Pessoa, Escola Nacional de Saúde Pública (LASER/ENSP/Fiocruz), Rio de Janeiro, Brasil

Marly Marques da Cruz

Pesquisadora titular em saúde pública da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP/Fiocruz) do Departamento de Endemias Samuel Pessoa no Laboratório de Avaliação de Situações Endêmicas Regionais (LASER)

Ana Cláudia Figueiró

Nutricionista, doutora em saúde pública, pesquisadora adjunta da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP/Fiocruz) do Departamento de Endemias Samuel Pessoa no Laboratório de Avaliação de Situações Endêmicas Regionais (LASER)

Celita Almeida Rosário

Psicóloga, doutoranda em saúde pública, pesquisadora assistente do Laboratório de Avaliação de Situações Endêmicas Regionais, Departamento de Endemias Samuel Pessoa, Escola Nacional de Saúde Pública (LASER/ENSP/Fiocruz)

Juliana Fernandes Kabad

Cientista social, doutoranda em saúde pública, pesquisadora assistente do Laboratório de Avaliação de Situações Endêmicas Regionais, Departamento de Endemias Samuel Pessoa, Escola Nacional de Saúde Pública (LASER/ENSP/Fiocruz)

Maria Aparecida Santos

Psicóloga, doutora em psicologia, pesquisadora assistente do Laboratório de Avaliação de Situações Endêmicas Regionais, Departamento de Endemias Samuel Pessoa, Escola Nacional de Saúde Pública (LASER/ENSP/Fiocruz)

Santuzza Arreguy Silva Vitorino

Nutricionista, doutora em saúde pública, pesquisadora visitante da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP/Fiocruz) do Departamento de Endemias Samuel Pessoa no Laboratório de Avaliação de Situações Endêmicas Regionais (LASER)

Zulmira M. A. Hartz

Professora Catedrática Convidada, GHM, Instituto de Higiene e Medicina Tropical, Universidade NOVA de Lisboa, Portugal

Resumo

O Escritório de Projetos da Presidência da Fiocruz visa apoiar a contratualização e execução de cooperações técnicas (CTs) nacionais e internacionais, que estejam alinhados às diretrizes da Fiocruz e do Sistema Único de Saúde (SUS). Este artigo apresenta uma caracterização descritiva dos projetos geridos pelo EPP para conhecer quais os públicos, temáticas e fontes financiadoras. A análise foi conduzida por abordagens quantitativa e qualitativa, com aplicação de estatística simples de distribuição por categorias e tipologia de classificação dos CTs, conforme seus objetos e metas. Analisou-se 52 CTs vigentes no período de 2013 a setembro de 2018, sendo 90% financiadas pelo Fundo Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde (FNS/MS) e 10% por outros órgãos. A Presidência da Fiocruz e outras duas Vice-Presidências agregam grande parte dos CTs gerenciadas pelo EPP. O estudo possibilitou a compreensão do sistema de ações para gestão de projetos. Verificou-se a variedade de informações produzidas, porém, pouco sistematizadas diante dos objetivos institucionais, sendo necessário uma maior aproximação entre o EPP, pesquisadores e gestores para o êxito do processo de gestão. A categorização evidenciou a necessidade de aperfeiçoamento da informação e comunicação dos projetos geridos pelo EPP, para melhor orientação na tomada de decisões.

Palavras-chave:

Gestão de projetos, cooperação técnica, avaliação em saúde, gestão da informação em saúde, gestão do conhecimento para a pesquisa em saúde.

Abstract

The Project Office of the Oswaldo Cruz Foundation Presidency aims to support the contracting and execution of national and international technical cooperation (TCs) projects, which are aligned with the guidelines of Fiocruz and the system Unified Health System (UHS). This article aims to present a descriptive characterization of the projects managed by the POP with a view to knowing which public, thematic and funding sources. The analysis approaches were conducted by quantitative and qualitative, with the application of simple statistics of distribution by categories and classification typology of TCs, according to their objects and goals. A total of 52 CTs were analyzed in force in the period from 2013 to september of 2018, 90% are financed by the National Health Fund, the Ministry of Health (NHF/MH) and 10% by other funders. The Fiocruz Presidency and two other vice-presidencies were the units responsible for the majority of TCs managed by the POP. The study made possible the understanding of the system of actions for project management. It was observed the variety of information produced, but poorly systematised in view of the institutional objectives, as well as the need for closer approximation between the POP, researchers and managers to the success of the process of management. The categorization of the projects showed the potential to improve communication in the networks involved with the POP, in the best orientation for decision-making.

Key words:

Projets management, technical cooperation, health evaluation, health information management, knowledge management for health research.

1. Introdução

A necessidade por atender a informação correta e oportuna aos formuladores e executores de políticas públicas, sem comprometer o papel e as responsabilidades acadêmicas com a produção do conhecimento, tem sido considerado um desafio para os avaliadores. [1,2]. No setor da saúde, diante de um contexto em constante mudanças com novos e antigos problemas coexistindo nas sociedades contemporâneas, a tomada de decisão efetiva requer o acesso qualificado a dados e informações válidas e confiáveis. No entanto, sabe-se que existe uma lacuna entre a produção e a utilização da evidência científica [3], o que nos faz questionar como o conhecimento científico pode superar as barreiras e limitações apontadas acima e tornar-se um aliado para decisões de políticas e intervenções em saúde.

Organizações públicas de ensino e pesquisa assumem diretamente a necessidade e o desafio de atender aos formuladores e executores de políticas públicas, com informação qualificada e responsabilidade científica – desafio este mais proeminente em tempos de recursos escassos e demandas sociais complexas. A literatura adverte que os campos de produção de conhecimento e o de formulação e implementação das políticas são muito diferentes: os seus objetivos e métodos de trabalho e avaliação dos resultados são distintos e não são facilmente intercambiáveis [1, 4, 5, 6]. Além disso, grande parte da frustração em torno das tentativas de identificar os resultados da investigação para as políticas públicas decorre da expectativa equivocada de sua aplicação. Atento a esse desafio e da necessidade de aperfeiçoar a gestão dos seus projetos de aplicação de conhecimento, a presidência da Fiocruz constituiu, em março de 2017 o Escritório de Projetos (EPP) com a finalidade de *“ser uma instância estratégica para a Presidência da Fiocruz, no sentido de atuar no gerenciamento de projetos e acompanhá-los por meio de atividades de planejamento, monitoramento, controle e avaliação, com os objetivos de unificar a gestão de projetos e estruturar processos de qualificação de projetos* [7]. A literatura aponta que os Escritórios de Projetos, ou PMO (Project Management Office), são unidades organizacionais que centralizam, coordenam e gerenciam projetos [8, 9, 10, 11]. Assim, desenvolvem funções tanto internamente, na instituição, como também externamente com a entidade financiadora do projeto.

Desde sua implementação, a Presidência da Fiocruz tem investido em processos de aperfeiçoamento da qualidade e desempenho do EPP, diante da necessidade de melhor conhecimento dos investimentos em pesquisa,

ensino e produção de insumos promovidos pela Instituição e visando à melhoria de sua gestão [8, 11]. A avaliação como atividade institucional, tomando-se desde o monitoramento, a avaliação normativa até a pesquisa avaliativa, compreende seu potencial para integrar-se à gestão pública e funcionamento do sistema político, contribuindo com orientações e decisões dos poderes públicos para manutenção ou melhorias sociais e de saúde da população [2, 12]. A compreensão de como se realiza a gestão dos processos de produção e circulação do conhecimento e seus efeitos, constituem-se tema e desafio para os estudos avaliativos. Em particular, a avaliação de desempenho, como um importante instrumento de gestão para compreensão de suas funções e suas capacidades organizacionais. [13, 14].

Os projetos atualmente geridos pelo EPP se referem, em grande parte, a instrumentos de financiamento externos ao orçamento fixo da instituição, captados a partir de cooperações técnicas (CTs) nacionais e internacionais com outras instituições – em especial com o Ministério da Saúde (MS).

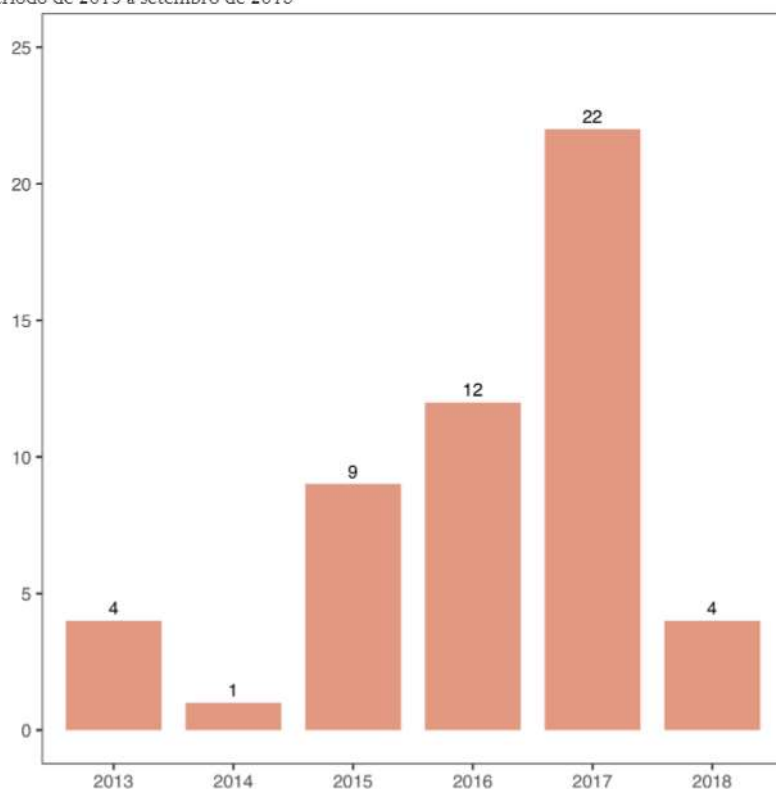
As CTs firmadas com o MS até 2013 eram nomeadas de termos de cooperação (TC) e reguladas pela Portaria Interministerial nº 507, de 24 de novembro de 2011, onde consta as “normas reguladoras para os convênios, os contratos de repasse e os termos de cooperação celebrados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal com órgãos ou entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos para a execução de programas, projetos e atividades de interesse recíproco, que envolvam a transferência de recursos financeiros oriundos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União” [15]. A partir de 2013, o modelo de contratualização de cooperação é modificado, sendo nomeado como Termos de Execução Descentralizada (TED), a partir do Decreto nº 8.180, de 30 de dezembro de 2013 [16]. No presente estudo será utilizada a nomenclatura geral para designar os dois regimentos de cooperações, já que todos os instrumentos estudados pelos diversos financiadores são compreendidos como cooperações técnicas.

Tendo em vista as atribuições e desafios desta unidade organizacional, o presente artigo tem por objetivo caracterizar as cooperações técnicas geridas pelo EPP, por meio de categorias descritivas e analíticas, compreendendo seus parceiros institucionais, distribuição temática e respectivos financiadores. Importante ressaltar que as cooperações técnicas são executadas por meio de projetos de ensino, pesquisa ou prestação de serviços no âmbito da Fiocruz, daí o uso do termo gestão de projetos em lugar de gestão de cooperações.

2. Material e métodos

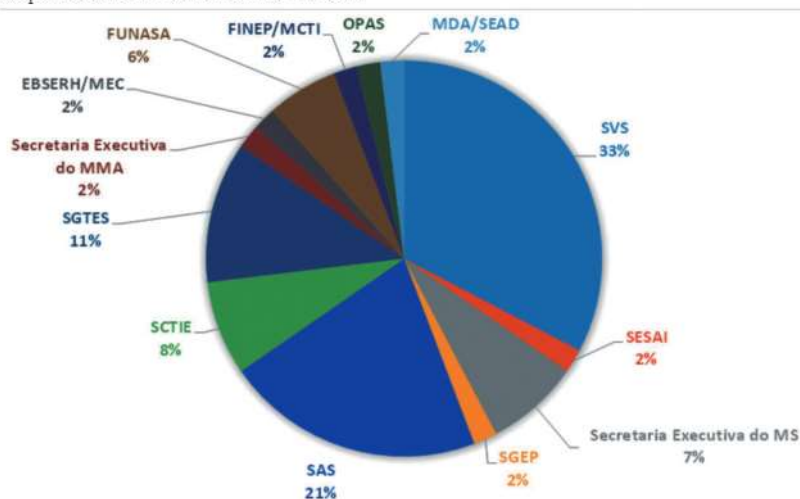
Como parte de uma pesquisa avaliativa de desempenho do Escritório de Projetos da Presidência da Fiocruz (EPP) [17], estabeleceu-se como uma das etapas a caracterização dos projetos gerenciados pelo EPP. Foram considerados os projetos de aplicação do conhecimento nas áreas de pesquisa, ensino e produção de serviços e insumos pelo EPP.

Gráfico 1 - Total de Cooperações Técnicas vigentes por ano da assinatura do contrato no período de 2013 a setembro de 2018



Fonte: SAGE/Fiocruz, Brasil, 2018.

Gráfico 2 - Percentual de Cooperações Técnicas vigentes por unidade descentralizadora no período de 2013 a setembro de 2018



Fonte: SAGE/Fiocruz, Brasil, 2018.

O banco de dados utilizado foi extraído do Sistema de Apoio à Gestão Estratégica (SAGE) da Fiocruz, organizado pela Diretoria de Planejamento Estratégico como repositório de informações referentes aos projetos desenvolvidos pela instituição. A partir dos dados fornecidos em planilhas do programa Excel (Microsoft Corporation - Office 365), utilizou-se para a análise os projetos em execução e foram excluídas as cooperações técnicas que estavam em fase de inicialização e finalizadas. Portanto, foram analisados os instrumentos ativos geridos pelo EPP no período de 2013 a setembro de 2018, resultando em 52 CTs vigentes.

Para análise foi adotado o método quantitativo com aplicação de estatística simples de distribuição por categorias e, em seguida, elaboração das tipologias para classificação dos modos de CT e das variáveis categóricas referentes aos objetos e metas das cooperações. Dessa forma, os projetos geridos pelo EPP foram categorizados segundo seus financiadores, o período de execução, volume de financiamento, a diversidade dos setores vinculados à Fiocruz e as principais temáticas de atuação.

Ressalta-se que o projeto de pesquisa, a qual esse estudo faz parte, foi aprovado no Comitê de Ética da Escola Nacional de Saúde Pública (CEP/ENSP/Fiocruz), CAAE de N° 81987418.6.0000.5240 aprovado em 02/02/2018.

3. Resultados e discussão

A caracterização das cooperações geridas pelo EPP mostra a complexidade da gestão destes, compreendendo a fase de execução, a partir da data de iniciação dos contratos; os seus financiadores; o volume de recurso firmados; as unidades gestoras envolvidas na execução do projeto pela Fiocruz; e, as temáticas desenvolvidas. Nesse sentido, assim como abordado por Cicero e Souza (2014), essa caracterização permitiu o conhecimento a respeito do escopo das cooperações a fim de nortear suas atividades

e ações, preservando também a “memória técnica das atividades de pesquisa da instituição” [18].

Do total de cooperações estudadas (N=52), 42% foram firmadas no ano de 2017, 23% em 2016, 17% em 2015, seguido de 7% em 2018 e somente 2% 2014. Apesar do EPP ter sido instituído em 2017, ele iniciou suas atividades recebendo projetos que estavam em execução e também projetos em fase de iniciação e negociação. Observa-se que na gestão dos projetos, o EPP lida com CTs que estão em fase de contratualização, execução e em finalização. (Gráfico 1)

No período analisado, 90% das cooperações técnicas sob a gestão do EPP foram firmadas com o Ministério da Saúde (N=47). Dentre as secretarias e unidades vinculadas ao MS, destacam-se: Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) (17); Secretaria de Atenção à Saúde (SAS) (11); Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGETS) (6); Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (SC-TIE) (4); Secretaria Executiva (SE) (4); Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) (1); Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa (SGEP) (1); Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) (3). Outros órgãos financiadores das CTs geridas pelo EPP

são a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares/ Ministério da Educação (EBSERH/MEC); Financiadora de Estudos e Projetos/ Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (FINEP/MCTI); Secretaria Executiva do Ministério do Meio Ambiente (MMA); Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS); Ministério de Desenvolvimento Agrário/ Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo (MDA/ SEAD). (Gráfico 2).

Cabe aqui chamar atenção para a diversidade de órgãos que estabelecem cooperação com a Fiocruz, para além do setor saúde que se traduzem num esforço de afirmação das ações intersetoriais. Contudo, dentre as secretarias do Ministério da Saúde, destacam-se a Secretaria de Vigilância em Saúde (33%) e a Secretaria de Atenção à Saúde (21%), que juntas somam 54% do total de CTs.

Com relação ao volume de recursos disponibilizados, estas mesmas secretarias se destacam, sendo a SAS responsável por 40,3% do total de recursos acordados, seguindo da SVS, com 25%. (Tabela 1). Ou seja, há apenas uma maior concentração de recursos na SAS em relação à SVS.

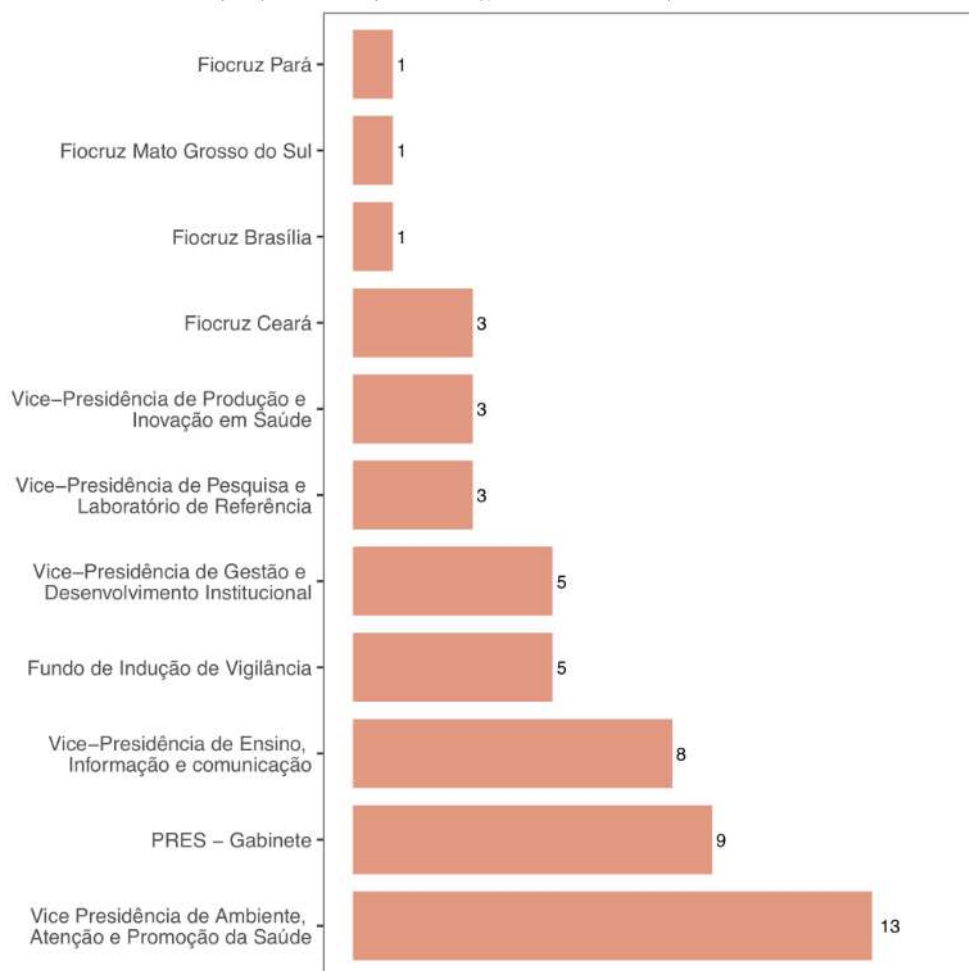
Assim, observa-se que do total do volume de recur-

Tabela 1 - Total de Cooperações Técnicas e porcentagem do volume de recursos por unidade descentralizadora, no período de 2013 a setembro 2018

INSTITUIÇÃO DESCENTRALIZADORA	UNIDADE DESCENTRALIZADORA	TOTAL DE CTs	% VOLUME DE RECURSOS CTs
Ministério da Saúde	Secretaria de Atenção à Saúde (SAS)	11	40,3%
Ministério da Saúde	Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)	17	25%
Ministério da Saúde	Secretaria Executiva (SE)	4	10,5%
Ministério da Saúde	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (SCTIE)	4	9,8%
Ministério da Educação (MEC)	Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBESRH)	1	3,9%
Ministério da Saúde	Fundação Nacional de Saúde (FUNASA)	3	3,4%
Ministério da Saúde	Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES)	6	2,9%
Ministério da Saúde	Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI)	1	1,9%
Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)	Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP)	1	0,9%
Ministério da Saúde	Secretaria Executiva do Ministério do Meio Ambiente (MMA)	1	0,6%
Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS)	----	1	0,5%
Ministério de Desenvolvimento Agrário/ (MDA)	Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo (SEAD)	1	0,2%
Ministério da Saúde	Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa (SGEP)	1	0,1%
TOTAL		52	100%

Fonte: SAGE/Fiocruz, Brasil, 2018.

Gráfico 3 - Total de Cooperações Técnicas por unidade gestora da Fiocruz no período de 2013 a setembro de 2018



Fonte: SAGE/Fiocruz, Brasil, 2018.

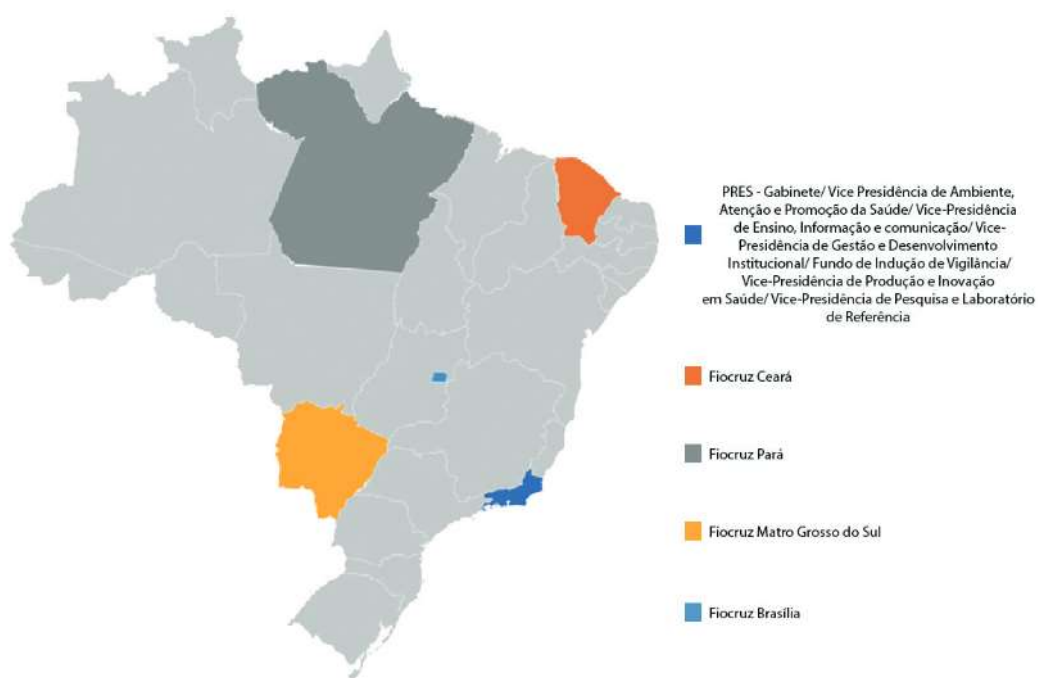
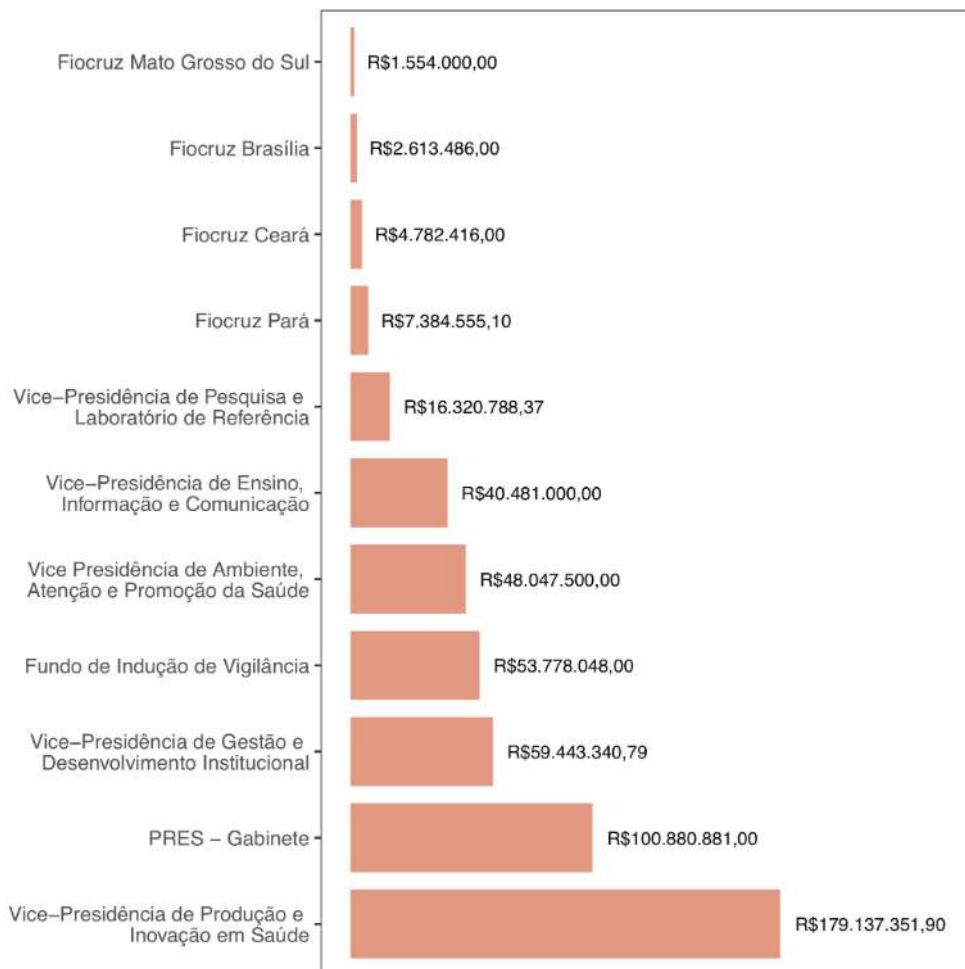


Figura 1 - Distribuição geográfica das unidades gestoras da Fiocruz vinculadas às Cooperações Técnicas geridas pelo escritório de projetos da presidência da Fiocruz no período de 2013 a setembro de 2018

Fonte: SAGE/Fiocruz, Brasil, 2018.

Gráfico 4 - Volume de recursos por unidade gestora da Fiocruz no período de 2013 a setembro de 2018



Fonte: SAGE/Fiocruz, Brasil, 2018.

dos disponibilizados nas cooperações técnicas, 94% é oriundo das secretarias e unidades vinculadas ao Ministério da Saúde, o que é esperado, visto ser a Fiocruz um órgão do Ministério da Saúde e com missão institucional compatível para a realização dessas cooperações. Já os outros 6% do volume de recursos estão distribuídos nas demais instituições financiadoras (EBESRH/MEC; FINEP/MCTI; Secretaria Executiva do Ministério do Meio Ambiente; OPAS; MDA/SEAD).

No que tange às unidades gestoras da Fiocruz foram identificados os seguintes setores: Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde (13); Presidência-Gabinete (9); Vice Vice-Presidência de Ensino, Informação e Comunicação (8); Vice-Presidência de Gestão e Desenvolvimento Institucional (5); Fundo de Indução de Vigilância (5); Vice-Presidência de Produção e Inovação em Saúde (3); Vice-Presidência de Pesquisa e Laboratório de Referência (3); Fiocruz Ceará (3); Fiocruz Pará (1); Fiocruz Mato Grosso do

Sul (1); Fiocruz Brasília (1). (Gráfico 3).

No que se refere às unidades da Fiocruz das quais o EPP é responsável pela gestão dos projetos, observa-se que elas estão localizadas em sua maioria no estado do Rio de Janeiro, porém as demais estão distribuídas em diferentes estados e regiões do país, como é o caso da Fiocruz Brasília (Distrito Federal), Fiocruz Mato Grosso do Sul (MS), localizados no Centro Oeste do país; a Fiocruz Pará (PA) na região Norte e a Fiocruz Ceará, no Nordeste do Brasil (Figura 1).

Apesar das unidades gestoras na Fiocruz estarem concentradas no Rio de Janeiro, foi possível identificar nesta caracterização que os temas trabalhados e os produtos ofertados pelas CTs são destinados a várias regiões do país [18], principalmente para gestão e apoio à manutenção de ações e programas do Sistema Único de Saúde. Ou seja, a existência de diferentes unidades da Fiocruz permite uma ampliação da capilaridade na execução da CTs com o apoio do EPP, de forma a produzir mudanças nas políticas e

práticas de saúde com interface em outras áreas.

No que compreende à análise do volume de recursos vinculados às unidades gestoras da Fiocruz, observou-se que a Vice-Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde (VPAAPS) concentrou 34,8% do total de recursos, sendo a unidade da Fiocruz com o maior volume de recursos captados nos financiamentos das cooperações. Já o gabinete da Presidência recebeu 19,6% do total de recursos, seguido pela Vice-Presidência de Gestão e Desenvolvimento Institucional com 11,6%. Cabe ressaltar que, apesar da Vice-Presidência de Ensino, Informação e Comunicação ser a terceira unidade da Fiocruz com o maior número de cooperações, totalizando oito, elas representam 7,9% do volume de recursos. (Gráfico 4).

Ao buscar compreender os principais temas abordados nas cooperações técnicas foram analisados os títulos dos projetos e categorizados a partir dos principais termos apresentados. Dentre os temas mais recorrentes destacaram-se os seguintes: 'Educação em Saúde' (8); 'Gestão do SUS' (7); 'Práticas Integrativas e Complementares' (3); 'Vigilância em Saúde Ambiental' (6); 'Zika Vírus' (3); 'Atenção Básica' (2).

A constatação da abordagem de diferentes temáticas de tamanha relevância para o enfrentamento dos problemas de saúde pública no atual contexto, conforme mencionado, mostra o quão se faz necessária a superação das lacunas existentes entre a produção e a utilização da evidência científica [3]. Daí a centralidade da gestão e da translação do conhecimento na produção de mudanças sociais tão necessárias.

De um modo geral, observa-se grande diversidade de temáticas e expertises das unidades executoras das cooperações. A Presidência e a Vice-Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde novamente se destacam pela variedade de temas abordados pelas cooperações técnicas. Com a finalidade de melhor compreender e detalhar o esforço realizado para a categorização das cooperações técnicas e explicitar as diversas potencialidades na atuação da instituição no campo da saúde pública, o Quadro 1 traz a síntese das informações coletadas e analisadas:

O quadro 1 mostra que uma caracterização qualificada aliada a uma adequada gestão documental de processos de gestão, tem o potencial de permitir ao Escritório de Projetos e à Fiocruz maior conhecimento sobre a expertise das unidades da Instituição atendidas pelo EPP. No entanto, é possível aprofundar ainda mais o nível de detalhamento dessas informações para constituição de conhecimento capaz de orientar

a ação institucional afim de produzir resultados para a sociedade [2, 18].

O aprimoramento do conhecimento pode favorecer, por consequência, e, conforme observado no estudo de Alves et al (2013) [8], alinhamentos de finalidades dos projetos, negociação de cooperações com novos financiadores e na melhor tomada de decisão para a gestão dos projetos e recursos. Afinal, o que se busca, em última instância, são as melhores práticas de gestão de projetos para a obtenção da efetividade nos resultados obtidos [8, 9], com uso do conhecimento institucional para o enfrentamento das barreiras encontradas e para que o EPP se afirme, de fato, como instância estratégica da Fiocruz.

4. Considerações finais

A partir da caracterização das cooperações técnicas geridas pelo Escritório de Projetos da Presidência da Fiocruz foi possível compreender a complexidade dos atores e unidades da instituição envolvidos na gestão das cooperações técnicas desde a sua iniciação, execução e finalização. Isso consubstancia a complexidade da gestão para lidar com sistemas complexos de ação social.

Esta caracterização também possibilitou o dimensionamento da complexidade de ações necessárias entre os financiadores, pesquisadores, unidades gestoras e fundação de apoio, para a realização da gestão de projetos. A variedade temática e a relevância dos produtos gerados pelos projetos para programas cruciais na gestão do SUS, demonstra a dinâmica necessária para adaptação e realização da gestão dos projetos.

Entretanto, observou-se a variedade de informações produzidas, porém pouco articuladas e sistematizadas diante dos objetivos institucionais. Assim, demonstra-se relevante a melhor organização e a dinâmica de caracterização dos projetos, podendo ser exploradas outras informações com relação às metas das atividades, recursos humanos envolvidos e produtos desenvolvidos pelos projetos.

Enfim, a caracterização evidenciou a necessidade de maior aproximação entre EPP, pesquisadores e gestores desde a formalização dos projetos a fim de melhor gerir a documentação e as informações referentes às CTs. A categorização dos projetos mostrou ter potencial para a comunicação na rede de atores envolvidos com o EPP, a gestão do conhecimento e melhoria na orientação para tomada de decisão.

Artigo Original

Quadro 1 - V Caracterização das Cooperações Técnicas vigentes geridas pelo Escritório de Projetos da Presidência da Fiocruz no período de 2013 a setembro de 2018

TEMA	TOTAL DE CT's	ANO DE INICIAÇÃO	DESCRIÇÃO DO TEMA	UNIDADE GESTORA	INSTITUIÇÃO/UNIDADE DESCENTRALIZADORA	
APOIO A SERVIÇOS DE SAÚDE	2	2017	Apoio Institucional para as Regiões de Saúde no Estado do Tocantins	Fiocruz – Brasília (GEREB)	OPAS	
		2018	Ações Estratégicas para o Fortalecimento dos serviços de Referência da Fiocruz	Fundo de Indução de Vigilância – Coordenação de Vigilância	Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)	
ATENÇÃO BÁSICA	3	2015	Atenção Básica	Vice-Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde	Secretaria de Atenção à Saúde (SAS)	
		2015		Presidência – Gabinete		
		2017				
CÂNCER	1	2017	Estabelecimento de uma plataforma para o desenvolvimento de novas moléculas para imunoterapia de câncer	Vice-Presidência de Produção e Inovação em Saúde	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (SCTIE)	
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – AGENDA 2030	2	2016	A saúde na implementação da Agenda 2030 e seus objetivos de desenvolvimento sustentável: Ciência e Tecnologia	Presidência – Gabinete	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (SCTIE)	
		2016	Objetivos do Desenvolvimento sustentável (ODS): metodologias de qualificação das políticas	Vice-Presidência de Gestão e Desenvolvimento Institucional	Secretaria de Atenção à Saúde (SAS)	
DOENÇA DE CHAGAS	1	2017	Cardiopatía na doença de Chagas – Selênio	Vice-Presidência de Produção e Inovação em Saúde	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (SCTIE)	
EDUCAÇÃO EM SAÚDE	8	2016	Educação em Saúde – Mestrado em Saúde I	Vice-Presidência de Ensino, Informação e Comunicação	Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES)	
		2018	Educação em Saúde – Mestrado em Saúde II			
		2017	Educação em Saúde – Saúde do Adolescente		Secretaria de Atenção à Saúde (SAS)	
		2017	Educação em Saúde – Formação Pedagógica		Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES)	
		2017	Educação em Saúde – Avaliação	Vice-Presidência de Ensino, Informação e Comunicação		
		2017	Educação em saúde – Mais Médicos	Fiocruz – Mato Grosso do Sul		
		2016	Educação em Saúde – Mestrado Profissional em saúde da Família	Fiocruz – Ceará		
		2017	Educação em saúde – no contexto do semiárido	Fiocruz Ceará	Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa (SGEP)	
FEBRE AMARELA	1	2017	Febre amarela- TO, GO, DF, MG, ES, SP	Gabinete	Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)	
FOMENTO À PESQUISA	2	2013	Expansão nacional e novos temas de pesquisa – FIONOVA – FINEP	Presidência – Gabinete	FINEP/MCTI	
		2017	Fomento à pesquisa e inovação	Vice-Presidência de Produção e Inovação em Saúde	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (SCTIE)	
GESTÃO DO SUS	7	2015	Gestão do SUS – acompanhamento dos instrumentos de cooperação	Vice-Presidência de Gestão e Desenvolvimento Institucional	Secretaria Executiva (SE)	
		2015	Gestão do SUS – economia da saúde			
		2015	Gestão do SUS – qualificação da informação em saúde			
		2018	Gestão do SUS – desenvolvimento e o fortalecimento da economia da saúde	Presidência – Gabinete		
		2018	Gestão do SUS – Saúde Indígena	Gabinete		SESAI
		2015	Implementação de ações de controle, regulação e avaliação dos serviços de saúde (DRAC)	Vice-Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde		Secretaria de Atenção à Saúde (SAS)
		2016	Desenvolvimento e gestão hospitalar			

TEMA	TOTAL DE CT's	ANO DE INICIAÇÃO	DESCRIÇÃO DO TEMA	UNIDADE GESTORA	INSTITUIÇÃO/UNIDADE DESCENTRALIZADORA
HEMODERIVADOS	1	2015	Hemoterapia e hematologia	Vice-Presidência de Pesquisa e Laboratório de Referência	Secretaria de Atenção à Saúde (SAS)
IST/HIV/AIDS E HEPATITES VIRAIS	1	2017	Fortalecimento da Resposta Nacional às IST, do HIV/Aids e das Hepatites Virais	Fundo de Indução de Vigilância – Coordenação de Vigilância	Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)
MALÁRIA	2	2015	Prevenção e controle de Malária – região Amazônica	Vice-Presidência de Pesquisa e Laboratório de Referência	Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)
		2017	Prevenção e controle de Malária – região Amazônica	Vice-Presidência de Ensino, Informação e Comunicação	
MAIS MÉDICOS	1	2017	Mais Médicos no Brasil	Vice-Presidência de Ensino, Informação e Comunicação	EBSERH/MEC
SAÚDE DO IDOSO	1	2016	Saúde da pessoa idosa	Vice-Presidência de Ensino, Informação e Comunicação	Secretaria de Atenção à Saúde (SAS)
SAÚDE DO TRABALHADOR	2	2016	Vigilância em Saúde do Trabalhador	Vice-Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde	Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)
		2017	Política nacional de Saúde do Trabalhador		
VIGILÂNCIA EM SAÚDE	2	2015	Vigilância em saúde	Presidência – Gabinete	Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)
		2017	Vigilância em Saúde – promoção, prevenção e controle de doenças e agravos	Fundo de Indução de Vigilância – Coordenação de Vigilância	
VIGILÂNCIA EM SAÚDE AMBIENTAL	6	2016	Saúde Pública e Ambiental- vigilância nacional	Fiocruz –Pará	Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)
		2016	Avaliação de Impactos em Saúde - Licenciamento Ambiental	Fiocruz – Ceará	
		2016	Vigilância em Saúde Ambiental	Vice-Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde	
		2017	Saúde, Ambiente e Sustentabilidade		
		2014	Vulnerabilidade populacional		Secretaria Executiva do MMA
		2017	Condições sanitárias, sócio ambientais e de saúde	FUNASA	
ZIKA VIRUS	3	2016	Estudo coorte multicêntrico – Zika Vírus	Vice-Presidência de Gestão e Desenvolvimento Institucional	Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)
		2016	Zika Vírus – Ampliação da Capacidade Nacional no Diagnóstico	Fundo de Indução de Vigilância – Coordenação de Vigilância	
		2017	Avaliação dos fatores cianobactérias, cianotoxinas e pesticidas em camundongos e sua correlação de efeitos com a microcefalia	Vice-Presidência de Pesquisa e Laboratório de Referência	
ONCOCERCOSE	1	2017	Avaliação entomológica e sorológica em área endêmica para Oncocercose no Brasil (Entomologia)	Fundo de Indução de Vigilância – Coordenação de Vigilância	Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)
PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES	3	2013	Práticas Integrativas e complementares	Vice-Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde	Secretaria de Atenção à Saúde (SAS)
		2017	Práticas Integrativas e complementares	PRES – Gabinete	Secretaria de Atenção à Saúde (SAS)
		2017	Práticas Integrativas e complementares – plantas medicinais e fitoterápicos	VPAAPS – Área de Promoção	MDA/SEAD
TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS E SAUDÁVEIS	2	2013	Territórios Sustentáveis e Saudáveis – Observatório: Mosaico da Bocaina	Vice-Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde	FUNASA – FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
		2013	Territórios sustentáveis e Saudáveis – esgoto na Comunidade Caiçara da Praia	PRES – Gabinete	

5. Bibliografia

1. Hanney S, et al. The utilization of health research in policy-making: concepts, examples and methods of assessment. *Health Research Policy and Systems* 2003; 1(2). [Acesso em 15 de junho de 2017]. Disponível em: <http://www.health-policy-systems.com/content/1/1/2>.
2. Hartz ZMA, Denis JL, Moreira E, Matida A. From Knowledge to action: challenges and opportunities for increasing the use of evaluation in health promotion policies and practices. In: McQueen DV; Potvin L (org). *Health Promotion Evaluation Practices in the Americas: Values and Research*. New York: Springer; 2008, p.101-20.
3. Elias FTS, Patroclo MA. Utilização de Pesquisas: Como Construir Modelos Teóricos Para Avaliação? *Ciência & Saúde Coletiva* 2004, 10(1): 215-227.
4. Innvaer S, Vist G, Trommald M, Oxman A. Health policymakers' perception of their use of evidence: a systematic review. *Journal of Health Services Research & Policy* 2002, 7(4): 239-244.
5. Hanney S, Buxton M, Green C, Coulson D, Raftery J. An Assessment of the Impact of the NHS Health Technology Assessment Programme. *Health Technology Assessment* 2007, 11(53).
6. Grant J, Brutscher PB, Kirk SE, Butler L, Swooding S. Capturing Research Impacts. A Review of International Practice. RAND Europe, 2010 [Acesso em 12 de fevereiro de 2018]. Disponível em: https://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/documented_briefings/2010/RAND_DB578.pdf
7. Fiocruz. Portaria da Presidência da Fundação Oswaldo Cruz. 1070/2018-PR. Rio de Janeiro, 2018 [Acesso em 12 de maio de 2019]. Disponível em: http://www.portaria.fiocruz.br/Doc/P1070_2018.pdf
8. Alves RO, Costa HG, Quelhas OLG, da Silva LE, Pimentel LB. Best practices in project management office implementation: Development of success reference. *Producao* 2013, 23(3): 582-594.
9. Maximiano ACA, Anselmo JL. Escritório de gerenciamento de projetos: um estudo de caso. *Revista de Administração* 2006, 41(4): 394-403.
10. Dai CX, Wells WG. An exploration of project management office features and their relationship to project performance. *International Journal of Project Management* 2004, 22: 523-32.
11. Aubry M, Hobbs B, Thuillier D. A new framework for understanding organisational project management through the EGP. *International Journal of Project Management* 2007, 25(4): 328-336.
12. Ferrinho PDLGM, Hartz ZMA. Avaliação de desempenho dos sistemas de saúde: um contributo para o Plano Nacional de Saúde 2011-2016. In: *A Nova Saúde Pública - A Saúde Pública da Era do Conhecimento*. Lisboa, Portugal: Gradiva. 2011. p. 58-79.
13. Reis AC, Santos EM, Arruda MR, Oliveira PT. Estudo exploratório dos modelos de avaliação de desempenho em saúde: uma apreciação da capacidade avaliativa. *Saúde debate* 2017, 41(n. Esp):330-344.
14. Barbalho SCM, Amaral DC, Kernbichler TS, Richter EH, Torres L. Breaking barriers to the project management office implementation in a small and high technology enterprise. *Gestão e Produção*, 16(3) : 2009, p. 435-49.
15. Brasil. PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 507, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2011 [Acesso em 16 de maio de 2019]. Disponível em: http://portal.convenios.gov.br/images/docs/CGNOP/portarias/PORTARIA_INTERMINISTERIAL_Nº_507-24_NOVEMBRO_2011.pdf
16. Brasil. DECRETO Nº 8.180, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2013 [Acesso em 16 de maio de 2019]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/D8180.htm
17. Cruz MM, Figueiro AC, Kabad JF, Vitorino SAS, Abreu MA, Santos MA, Reis JG, Hartz ZM. A. Avaliação do desempenho e gestão do conhecimento no Escritório de Projetos da Presidência da Fundação Oswaldo Cruz. *Anais Do Instituto de Higiene e Medicina Tropical*, v. 17, p. 17-30, 2019.
18. Cicero JR, De Souza CG. Caracterização e indicadores dos projetos de pesquisa do Instituto Nacional de Tecnologia. *Revista Eletrônica Sistemas & Gestão* 2014, 9 (4): 430-440.

Conflitos de interesses:

Os autores declaram que não existem conflitos de interesses.

